SINMED·MG
SINDICATO DOS MÉDICOS DE MINAS GERAIS

TRABALHO MÉDICO

Jornal do Sindicato dos Médicos de Minas Gerais

Impresso Especial
9912286770/2011 DR/MG/MG
Sind. dos Médicos Estado MG
...CORREIOS...

DEVOLUÇÃO GARANTIDA
...CORREIOS...

Ano 7 - nº 48 - setembro/outubro 2013

Mais Médicos: programa polêmico é discutido em audiência na ALMG

Encontro reuniu entidades, usuários, gestores e deputados na ALMG

A presidente do Sinmed-MG, Amélia Pessôa, foi enfática nas críticas ao programa, na Assembleia Legislativa, refletindo o pensamento das entidades médicas regionais e nacionais

PÁGINA 4

SEUS DIREITOS

As armadilhas da "pessoa jurídica". Fique atento!

O Sindicato dos Médicos de Minas Gerais é contra a terceirização dos serviços de saúde. Atraídos pelas propostas dos consórcios de saúde, muitos médicos estão se tornando pessoa jurídica. Em entrevista, o advogado Alexandre Ferreira, do departamento Jurídico do Sinmed-MG, fala dos perigos dessa opção

PÁGINA 3

Sindicato cada vez mais próximo dos estudantes de Medicina

Diretores e representantes dos estudantes, em reunião no sindicato

Já colocando em prática uma das principais propostas da nova diretoria, o Sinmed-MG realiza, junto com a Direção Executiva Nacional dos Estudantes de Medicina (Denem), dia 9 de novembro, encontro para discutir a atenção básica

PÁGINA 11

LUTAS SINDICAIS

Betim: depois de várias denúncias e situações de violência, segurança do hospital e das unidades de saúde entra na pauta da Prefeitura PÁG 5

Médicos de Contagem reestruturam o Plano de Cargos, Carreira e Salários. Documento já está nas mãos do secretário municipal de Saúde PÁG 9

Em Uberlândia, médicos aguardam realização de concurso e encaminhamento das questões relacionadas à gestão da saúde no município PÁG 10

CAMPANHA

Os médicos têm até 15/novembro para pagarem as contribuições social e sindical 2013. Participe e concorra a um carro

PÁG 3

CONSELHO MUNICIPAL

Os Conselhos são um espaço importante para discutir a saúde no município. Veja entrevista com o presidente do CMS

PÁG 7

ATESTADO DE ÓBITO

Sindicato participa de discussões sobre as dificuldades na emissão de atestado de óbito nos postos de saúde

PÁG 12

EXPEDIENTE

Publicação do Sinmed-MG
Sindicato dos Médicos de Minas Gerais
Avenida do Contorno, 4.999 – Serra
30110 921 - BH - MG **Fone:** (31) 3241-2811
geral@sinmedmg.org.br – www.sinmedmg.org.br

Diretoria:
Diretor Presidente: Amélia Maria Fernandes Pessôa
Diretor Secretário Geral: Fernando Luiz de Mendonça
Diretor Administrativo Financeiro: Ariete do Perpétuo S. D. de Araújo
Diretor Jurídico: Artur Oliveira Mendes
Diretor de Comunicação: André Christiano dos Santos
Diretor de Campanhas Salariais: Jacó Lampert
Diretor de Defesa Profissional: Eduardo Almeida Cunha Filgueiras
Diretor de Formação Sindical e Sindicalização: Paulo Eustáquio Marra Pinto (licenciado)
Diretor de Relação com Acadêmicos: César Miranda dos Santos
Diretor de Residência Médica: Margarida Constança Sofal Delgado
Diretor de Honorários Médicos: Ewaldo Agrippino F. de Mattos Júnior
Diretor de Saúde Pública: Élson Violante
Diretor de Saúde Suplementar: Andréa Lúcia Resende Martins Donato
Diretor do Interior e Regionais: Sandra Márcia de Faria
Diretor de Saúde do Trabalhador: Cristovam Chiaradia Barbosa
Diretor de Relações Institucionais: Maria Madalena dos Santos e Souza (licenciada)
Diretor de Pesquisas e Projetos: José Sérgio Carriero Júnior
Diretor Sociocultural: Maria Mercedes Zucheratto Castro
Diretor de Tecnologia da Informação: Samuel dos Reis Garcia
Diretor de Previdência Social e Aposentados: Cláudio Saliba de Avelar
Diretor de Assuntos Legislativos: Cristiano Túlio Maciel Albuquerque

Conselho Fiscal: Efetivos: Érika Monteiro Pinheiro Mourão, José Alvarenga Caldeira, Raidan de Carvalho Canuto
Suplentes: Andréa Chaimowicz, Helena Pinheiro Garrido (licenciada), Alex Sander Ribas de Souza.

Ouvidoria Sindical: Membro titular: Cristiano Gonzaga da Matta Machado. *Membro suplente:* Brunno de Amério Ney

Departamento de Comunicação:
Diretor: *André Christiano dos Santos*
Jornalista: *Rosângela Costa (MT 11.320/MG)*

Trabalho Médico:
Jornalista Responsável: *Regina Perillo (MT 11.697/SP)*
Textos e Edição: *Regina Perillo (MT 11.697/SP) e Rosângela Costa (MT 11.320/MG)*
Projeto Gráfico: *Zoo Comunicação*
Diagramação e Ilustrações: *Genin Guerra*
Impressão: *Imprimaset* **Tiragem:** *1.500 exemplares*

A VERSÃO ON LINE DO "TRABALHO MÉDICO" ESTÁ DISPONÍVEL NO SITE DO SINMED-MG - *www.sinmedmg.org.br.*

EDITORIAL

Dia do Médico, o que comemorar?

18 de outubro. Dia do Médico. Sempre vem a pergunta: o que comemorar? No fundo, cada um de vocês sabe a resposta. A começar pelo orgulho de ter escolhido uma profissão que salva vidas, mas também exige tanto de cada um de nós - emocionalmente, no contato com o paciente, e profissionalmente, trabalhadores que somos. É uma profissão de dedicação, de amor, de entrega.

Os tempos mudaram e com ele a Medicina e os caminhos da profissão, nos colocando diante de novas realidades. Temos escolhas – trabalhar no serviço público, na saúde suplementar, optar por consultório particular? O importante é buscar o que nos realiza mais. Considerando todos os fatores, ainda somos uma categoria que pode escolher o seu destino.

Nestes momentos de comemoração, o sindicato se sente ainda mais gratificado pela sua função na sociedade, especialmente no mundo médico. Somos uma diretoria formada por médicos com diferentes vivências. Uma diretoria plural, representativa do universo da categoria. Conhecemos os problemas e as vicissitudes da profissão. Nossa missão é defender os médicos, e, para cumpri-la, da melhor forma, dedicamos grande parte das nossas vidas.

O caminho das mudanças com certeza passa pelo sindicato. A ele cabe o papel de aglutinar a categoria para lutar por seus direitos, onde eles estiveram sendo desrespeitados. Nosso foco é a valorização do profissional, esteja ele onde estiver.

Por outro lado, vemos que a corrente se torna cada vez mais forte. A união das entidades médicas fortalece a luta por melhorias. Esse já é um grande passo para novas conquistas. Nunca os médicos estiveram tão presentes nas pautas dos veículos de comunicação, por esforço das entidades, mas também evidenciando a importância da nossa profissão perante a sociedade. Não existe saúde sem médicos.

Nesta ocasião, a diretoria do Sinmed-MG deseja que todos os colegas médicos consigam realizar seus objetivos profissionais e pessoais nessa nobre profissão. O sindicato é a casa do médico. Estamos de portas abertas para receber vocês. Os problemas existem - precariedade, salários baixos, soluções inadequadas como o programa "Mais Médicos", falta de financiamento da saúde, entre tantos outros, mas juntos ficamos mais fortalecidos para enfrentá-los e comemorar, de fato, o Dia do Médico.

Diretoria Sinmed-MG

CONTRIBUIÇÕES 2013

Acerte as contribuições social e sindical de 2013 e concorra a um carro 0 km

Os médicos que ainda não pagaram as contribuições social e sindical de 2013 têm uma nova chance. A situação poderá ser regularizada até 15 de novembro. Os médicos, em dia, concorrerão ao sorteio de um carro 0 km, dia 6 de dezembro.

É com os valores arrecadados nas contribuições que o Sinmed-MG pode realizar ações em prol da categoria em todo o Estado. Participando, o médico ajuda a entidade a lutar por melhorar condições salariais e de trabalho para todos.

A contribuição sindical é um tributo federal, equivalente a um dia de trabalho, obrigatório, previsto na Constituição Federal e nos artigos 578 e 580 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). A contribuição social é uma contribuição paga pelo profissional que se associa, espontaneamente, ao Sinmed-MG.

Atualize seu cadastro: é muito importante que os médicos mantenham seu cadastro em dia no Sinmed-MG. Só assim, poderão acompanhar de perto a atuação do sindicato e receber correspondências diversas. A atualização pode ser feita pelo próprio site da entidade: *www.sinmedmg.org. br.*

ORIENTAÇÕES

MÉDICO, PESSOA JURÍDICA: SINDICATO ALERTA PARA ESSA ARMADILHA

Muitos médicos, atraídos pelas propostas dos Consórcios Intermunicipais de Saúde, têm se tornado pessoa jurídica. O advogado Alexandre Ferreira, do depto. Jurídico do Sindicato dos Médicos, aprofunda o assunto

Alexandre Ferreira

O que é pessoa jurídica?

Pessoa jurídica é sujeito de direito constituído pelo médico ou médicos (sociedade), podendo praticar atos de variada natureza, como assinatura do contrato ou prestar serviços. Dessa forma, a pessoa jurídica tem direitos próprios. Quem contrata a pessoa jurídica tem deveres com esse "ente", e não com o médico que presta o serviço. A pessoa jurídica também possui deveres próprios, podendo ser responsabilizada por atos e crimes que praticar.

Quais as armadilhas do médico se tornar um pessoa jurídica?

Quem será contratado para prestação de serviços médicos é a pessoa jurídica, e não o médico. Logo, como pessoa jurídica o médico não terá os direitos daqueles contratados com base na CLT (celetista) como férias (e seu acréscimo de 1/3), horas extras, gratificação natalina (13º salário), adicional insalubridade, adicional noturno, proteção contra despedida arbitrária, FGTS, licença maternidade, piso salarial, irredutibilidade de salário, entre outros previstos na Constituição. Da mesma forma, não terá os direitos do médico concursado (investido em cargo público) previstos no estatuto do servidor (como férias, 13º salário etc.).

Tem alguma vantagem para o médico se tornar pessoa jurídica?

A vantagem é mínima, já que a pessoa jurídica constituída pelos médicos também estará sujeita à incidência de tributos, podendo haver, inclusive, retenções pelo contratante. A título de exempo, poderão incidir sobre a prestação de serviços médicos: imposto de renda (15% em média); Contribuição Social Sobre o Lucro (9%); PIS (0,65%); Cofins (3%); ISS - Imposto Sobre Serviços (variável de 1% a 5%); INSS (20% pessoa jurídica + 11% sócio). Não podemos esquecer que verbas remuneratórias de natureza laboral (férias + 1/3, 13º salário) não serão pagas, minimizando bastante as vantagens de constituição de uma pessoa jurídica para prestação de serviços médicos.

O que o médico deve fazer quando recebe uma proposta para ser tornar pessoa jurídica?

Deve avisar o sindicato ao qual é filiado, bem como às autoridades competentes, notadamente o Ministério Público e Ministério da Saúde, para que investiguem e tomem as medidas adequadas contra conduta ilícita de terceirização de médicos. Conduta essa que, além de violar disposições legais contidas na Constituição, compromete a eficiência na prestação de serviços públicos. Destaco que, quando os profissionais são selecionados por concurso público, não há privilégios ou discriminações. Há uma escolha pautada na qualidade técnica, culminando com a eficiência no serviço a ser prestado, bem como criação de um corpo clínico coeso e articulado no qual todos os profissionais da área de saúde atuam para o melhor atendimento ao usuário do serviço.

É legal contratar um médico como pessoa jurídica?

A contratação de prestação de serviços médicos não é proibida, a teor do Código Civil. Porém, não raro, o verdadeiro intuito de alguns gestores na contratação de serviços médicos por meio de pessoa jurídica é burlar deveres constitucionais, como o de realizar concurso público previsto na Constituição, sendo tal conduta - ilegal - passível de ser contestada em sede judicial.

Como pessoa jurídica o médico se torna uma "empresa"? Sendo assim, se tiver algum problema ele pode recorrer aos serviços do sindicato?

A Constituição da República diz no art. 8º, II, que ao sindicato cabe a defesa dos direitos e interesses coletivos ou individuais da categoria médica, inclusive em questões judiciais ou administrativas. Nesse contexto, o Sinmed-MG atuará na defesa dos interesses coletivos da categoria médica e não de empresários. Portanto, o o sindicato não poderá defender os interesses da pessoa jurídica.

Consórcios Intermunicipais de Saúde devem ser alvo de constante vigilância

Os Consórcios Intermunicipais de Saúde são uma prática de gestão inovadora dentro do SUS. Ora apresentando-se como associações para reunir recursos e prover o sistema de saúde, ora constituindo-se como entidades civis de direito privado para reunião e produção de recursos, utilizando-se de verbas públicas ou de doações para serem usadas exclusivamente no provimento da saúde pública, valendo-se das leis que regem as licitações e contratos.

A previsão legal para a instituição do Consórcio Público encontra-se na Lei 11.107/2005 que dispõe sobre normas gerais para a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios contratarem consórcios públicos para a realização de objetivos de interesse comum. A função primordial do consórcio é a gestão associada de serviços públicos, e NÃO a absorção majoritária dos serviços a serem desempenhados pelo ente consorciado.

Para o diretor Jurídico do sindicato, Artur Oliveira Mendes, a "figura jurídica" adotada pela maioria dos consórcios, apesar de agilizar os processos burocráticos da gestão, torna-os alvo fácil de interesses clientelistas de gestores inescrupulosos, facilitando a contratação de pessoal sem concurso, aquisição de materiais sem licitação e outras práticas que ameaçam a transparência da utilização de recursos públicos, o que deve ser alvo de constante vigilância por parte da população organizada.

"O Sindicato dos Médicos de Minas Gerais é contrário à terceirização dos serviços de saúde nos municípios, defendendo a contratação legal de profissionais por meio de concurso público e vínculo empregatício (estatutário ou CLT), com garantia dos direitos legítimos da categoria médica. A contratação de médicos temporariamente e por meio de pessoa jurídica não apenas viola os princípios constitucionais que regem a administração pública, mas ameaçam o bom desempenho da prestação de serviço de saúde por parte do Consórcio", diz o diretor.

Ação civil pública contra o Cismep, em Betim

Em Betim, o Sinmed-MG promove Ação Civil Pública em desfavor do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Médio Paraopeba (Cismep) e do município. A ação visa a declaração de ilegalidade da contratação de médicos para atuarem por meio de pessoa jurídica e de contrato temporário.

A ação é fundamentada na inobservância das normas que cognominam a legalidade, impessoalidade (e necessidade de realização de concurso público), moralidade dos atos públicos, demandando enérgica reação em face da aludida autarquia a fim de obstar práticas abusivas que são observadas.

MAIS MÉDICOS

Audiência na ALMG foi representativa das várias opiniões sobre o "Mais Médicos"

Debate teve presença marcante da presidente do Sinmed-MG, que mostrou o posicionamento da entidade

Amélia Pessôa (à dir.) apontou os principais problemas do programa

O programa federal "Mais Médicos" continua mobilizando as entidades médicas e os vários segmentos envolvidos. No dia 25 de setembro, uma audiência pública, conclamada pela Comissão de Saúde da Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG), discutiu o assunto com entidades médicas, gestores, Ministério Público, Conselho Municipal de Saúde, entre outros. A presidente do sindicato, Amélia Pessôa, esteve presente.

O debate foi bem representativo da polêmica sobre o assunto, com opiniões a favor e críticas severas ao programa. As entidades deixaram bem claro que não são contra o "Mais Médicos" mas, sim, à forma como ele foi estruturado pelo governo. O ponto comum, entre todos, foi a necessidade de oferecer melhores condições de trabalho aos profissionais.

Posicionamento do Sinmed-MG

A presidente do Sinmed-MG, Amélia Pessôa, teve importante participação no encontro, expressando a posição do sindicato sobre a questão, sendo ao final cumprimentada por vários dos presentes.

Amélia iniciou lembrando que, na teoria, o modelo brasileiro de assistência à saúde (SUS) é muito bom, mas sofre de vários problemas, sendo o maior deles a falta de financiamento.

O "Mais Médicos" foi classificado por ela como uma solução simplista e apressada, que não mexe no cerne da questão, para um problema complexo e crônico. Também criticou a forma como o programa chegou como pouca democrática, por meio de uma medida provisória, o que mostra a falta de planejamento do governo para o setor saúde.

Para ela, "a medida provisória 621/2013 quebra a espinha dorsal de um arcabouço jurídico que o país demorou anos para construir, sendo um desrespeito às leis trabalhistas", disse.

A presidente lembrou que a questão da remuneração e das condições de trabalho sempre caminharam juntas nas campanhas do sindicato: "O Mais Médicos representa tudo o que sempre fomos contra - a falta de concurso, de um plano de carreira, de vínculos trabalhistas; é um exemplo claro de precariedade no trabalho".

"Se os médicos vão trabalhar eles precisam ter seus direitos garantidos. O que temos é um trabalhador precarizado, vulnerável, à mercê do poder do governo. Sob o ponto de vista da população não há como ter um atendimento de qualidade sem o vínculo do profissional e condições para ele trabalhar", avalia.

Defendeu, como as outras entidades, o exame Revalida: "Vivemos num mundo dos certificados, das validações, negar isso é dar um passo para trás". E questionou a eficácia de um curso de três semanas para alguém aprender a língua e conhecer a realidade do país.

Para ela, se o foco é a atenção básica, é preciso dar oportunidade para que os jovens se aprimorem e, não, trazer médicos de fora: "Temos muitos profissionais que gostariam de se dedicar ao SUS, mas, do jeito que as coisas estão, acabam desistindo".

Terminou o depoimento, fazendo um desafio: "Proponho visitar, daqui a seis meses, as unidades de saúde que receberão os médicos do programa. Garanto que os problemas serão os mesmos. Só mais médicos não resolve".

Isonomia da bolsa e remuneração para preceptoria são propostas dos residentes, apoiadas pela Fenam

A Associação Mineira dos Médicos Residentes esteve representada na audiência na ALMG pelo seu presidente, Bernardo Luiz Silva de Matosinhos.

Bernardo questionou o fato dos residentes receberem bem menos do que o oferecido aos médicos do programa. Atualmente, os bolsistas residentes recebem R$ 2,9 mil por mês, para uma jornada de 60 horas por semana na rede pública, enquanto os médicos do programa recebem R$ 10 mil. Também abordou a questão da remuneração dos preceptores dos médicos residentes que não recebem do governo a mais por isso. O programa "Mais Médicos" oferece R$ 5 mil para o médico preceptor à distância enquanto a preceptoria da residência é presencial.

Manifestação em Belo Horizonte

Bernardo também manifestou preocupação com a falta de preceptores para supervisionar o trabalho de novos 17 mil médicos que chegarão ao mercado. "Se o número já é insuficiente, como vai ficar agora?", questiona.

A Fenam não está alheia ao assunto e já entrou com ação judicial contra a União, pedindo equiparação no valor pago em bolsa para médicos residentes, em relação ao valor pago no programa "Mais Médicos". Além de pedir a equiparação da bolsa, a presidente da Associação Nacional dos Médicos Residentes (ANMR), Beatriz Costa, que encabeça a ação, também irá pleitear remuneração para o preceptor da residência.

BETIM

Depois de várias denúncias, Prefeitura de Betim implementa medidas de segurança

Em Betim, os avanços estão sendo obtidos na Mesa de Negociação Permanente do SUS, onde o Sinmed-MG é representado pelo diretor César Miranda dos Santos.

Depois de várias denúncias, a Prefeitura está investindo na questão da segurança, um dos itens da pauta de reivindicações dos médicos no município. Recentemente foi aprovado o cercamento do entorno do estacionamento do Hospital Público Regional Professor Osvaldo Franco. As medidas de segurança incluem, além das grades, portão, cancelas e guaritas, um sistema informatizado que enviará as informações da entrada do estacionamento direto para a recepção.

O local era palco constante de arrombamento de carros e furtos, sendo os médicos as principais vítimas. Alguns chegavam a tirar o jaleco para não serem identificados. A situação piorou depois do sequestro relâmpago de uma pediatra ocorrido no último dia 29 de junho, no local. O estacionamento continuará gratuito, segundo afirmaram os representantes da Prefeitura na Mesa de Negociação Permanente.

Obras no Hospital Regional de Betim

UAI Teresópolis

A Prefeitura também apresentou na mesa do SUS um plano piloto de segurança envolvendo a UAI Tere-sópolis. Situada em área de risco, os funcionários da UAI são vítimas constantes de problemas de violência e agressões, o que gera estresse e insegurança nas equipes.

Desde 2010, o sindicato e os médicos vinham denunciando a situação precária da UAI Teresópolis, com situações como troca de tiros dentro da unidade, falta de controle na entrada e na saída de veículos e usuários, o que tem levado a furtos constantes; sem falar das frequentes ameaças que os médicos sofrem durante os atendimentos.

Entre as medidas apresentadas estão o controle de entrada e saída de veículos do estacionamento e de funcionários e usuários; colocação de grades nas janelas, sistema de vigi-lância por câmeras e de instalação de iluminação nas áreas externas.

Segundo o diretor César M. Santos, o Sinmed-MG estará atento para que as medidas de segurança sejam realmente implementadas o mais rápido possível, e estendidas às demais unidades, conforme promessa da própria Prefeitura.

RIBEIRÃO DAS NEVES

Violência assusta profissionais

Estudo realizado pela psicóloga da UFMG, Renata Cristina de Souza Ramos, recentemente divulgado, mostra que os profissionais da saúde têm dificuldade de lidar com o atendimento de vítimas da violência.

A pesquisa foi realizada em 58 unidades de atenção primária de Ribeirão das Neves. As 316 entrevistas demonstraram um ambiente em que a violência se faz presente no cotidiano. Entre os entre-vistados, 58,2% afirmaram ter conhecido alguém que foi assassinado.

Segundo a psicóloga, embora o índice de violência e homicídios na região seja alto, a ficha de notificação, que é de preenchimento obrigatório para encaminhamento às secretarias municipais, costuma não ser preenchida, por medo ou despreparo dos profissionais. O prenchimento é importante para dimensionar os índices de violência no município, embora a prevenção demande um conjunto de fatores.

BARÃO DE COCAIS

Proposta salarial não atende, mas diálogo avança em relação a outras conquistas

Embora o reajuste salarial oferecido pela Prefeitura de Barão de Cocais esteja longe de contemplar os médicos que atuam no Hospital Municipal Waldemar das Dores e no PSF, a cate-goria deliberou por aceitar a proposta do prefeito Armando Verdolim Brandão.

A decisão foi tomada em assembleia realizada no dia 26 de setembro no município. Na questão salarial, a Prefeitura ofereceu aumento do abono de urgência de R$201 para R$370 e criação do abono por produtividade para o médico especialista de R$125 para cada 30 consultas agendadas e não mais "atendidas".

As reivindicações dos médicos foram enviadas à Prefeitura no dia 10 de junho, contemplando, entre outros itens, piso salarial Fenam de R$10.412; criação do Plano de Cargos, Carreira e Vencimentos (PCCV); realização de concurso público e reajuste no valor do plantão.

Outros ganhos

Na assembleia do dia 26, os médicos avaliaram a proposta da Prefeitura e demais questões trazidas da reunião entre representantes do sindicato e dos médicos com os gestores.

Foram consideradas algumas questões conjunturais como a manutenção da mesa de negociação e o encaminhamento do PCCV, que permitirá novos momentos de debate da remuneração.

Quanto ao pagamento do adicional de insalubridade retroativo, a as-sembleia decidiu, por unanimidade, encaminhar a demanda para a via judicial, por ação coletiva, por meio da assessoria Jurídica do Sinmed-MG.

O sindicato também aguarda o parecer jurídico da Prefeitura sobre o adicional noturno. A assembleia já deliberou, por unanimidade, que, se a resposta for negativa, o tema deverá ser encaminhado também por via judicial.

A proposta da Prefeitura também contemplava um convite para que os médicos e sindicato integrem o Grupo de Trabalho sobre o futuro do Hospital Municipal. Os profissionais se preocupam em acompanhar e contribuir com as discussões sobre o futuro do Hospital diante da perspectiva de queda da receita municipal nos próximos anos. Foram indicados para integrar o grupo os diretores Técnico e Clínico, bem como um representante do Sinmed-MG.

As discussões sobre o Plano de Cargos, Carreira e Vencimentos e realização do concurso público irão continuar entre o Sinmed-MG e os gestores em próxima reunião, a ser agendada.

PBH

PBH não cumpre o que prometeu em relação ao PCCS

Assembleia do dia 8 de outubro no sindicato

Indignados, os médicos ouviram em assembleia geral extraordinária realizada dia 8 de outubro, no Sindicato dos Médicos de Minas Gerais, o retorno da PBH sobre a questão do Plano de Cargos, Carreira e Salários: a Prefeitura não tem dinheiro para aprovar a proposta de PCCS.

Elaborada pelo Sinmed-MG, juntamente com médicos da Comissão de Mobilização da PBH, a proposta estava nas mãos dos gestores desde o dia 12 de agosto para avaliação. A mudança no Plano de Carreira foi uma promessa de campanha, como uma forma de compensar a categoria pelas perdas salariais. Na hora "h", a Prefeitura deu para trás! A postura intransigente da Prefeitura foi uma decepção para todos.

O diretor Samuel dos Reis Garcia relatou que os gestores apresentaram um estudo sobre os impactos da proposta da categoria, mostrando que sua implementação geraria um aumento de R$ 400 milhões, dobrando os gastos com os médicos, em um orçamento atual de R$ 2 bilhões para toda a área de saúde (pessoal e insumos).

O diretor André Christiano dos Santos destacou que o item mais concreto apresentado pelos gestores foi uma gratificação atrelada aos resultados do Programa Nacional de Melhoria do Acesso e da Qualidade da Atenção Básica (PMAQ) para os médicos da área básica. A gratificação seria proporcional à carga do médico e também ao resultado alcançado pela equipe no PMAQ. Poderia chegar, no máximo, a R$ 4.800 a cada seis meses para o médico com carga horária de 40 horas semanais, caso a equipe atingisse avaliação de 100%.

Os diretores incentivaram os médicos a participarem das conferências locais e distritais de saúde, encontros preparativos para a Conferência Municipal de Saúde, dias 28, 29 e 30 de novembro, em Belo Horizonte (veja entrevista com Ederson Alves da Silva, presidente do Conselho Municipal de Saúde). A próxima assembleia da categoria foi marcada para o dia 23 de outubro.

Demais itens da pauta

- *Concurso público:* a Prefeitura se comprometeu a publicar o edital entre janeiro e fevereiro de 2014.

- *Reclassificação das Unidades de Saúde:* os gestores apresentaram um novo cronograma - das 147 unidades básicas de saúde, 32 subiriam um nível referente à reclassificação de risco das unidades. A alteração seria dividida em três etapas (janeiro, maio e julho), a depender do resultado da avaliação das equipes no PMAQ - projeto do governo federal que tem como objetivo ampliar o acesso e promover a melhora da qua-lidade da atenção básica de saúde, garantindo um padrão comparável nacional, regional e localmente.

- *Internet lenta:* gestores disseram que o problema da internet já está sendo resolvido. Segundo eles, todas as unidades de saúde da PBH já contam com pelo menos 1 mega de velocidade.

- *Impressoras:* a PBH apresentou um programa de substituição dos equipamentos. Disse que vai contratar uma empresa para fornecer as impressoras e os insumos, como tonner e papel, e cuidar da manutenção. Manteve, no entanto, a lógica do compartilhamento. A proporção seria de uma impressora com senha para cada cinco consultórios, dependendo do espaço físico das unidades de trabalho.

- *Progressão por escolaridade:* A Prefeitura disse que vai apresentar em breve uma solução para reconhecer os cursos feitos à distância na progressão por escolaridade.

- *Acompanhamento do Manchester:* já existe um documento pronto sobre o assunto.

Denúncia: PBH substitui médicos dos postos por outros do "Mais Médicos"

O Sinmed-MG denunciou à imprensa a falta de respeito e compromisso da Prefeitura de Belo Horizonte com os médicos e a saúde da população. Para piorar o quadro caótico de falta de médicos, além da precariedade e ausência de estrutura física, leitos e subsídios para a Saúde, a PBH teve mais uma iniciativa arbitrária: está demitindo alguns médicos que já trabalham nas unidades de saúde básica para dar lugar aos profissionais estrangeiros selecionados no programa "Mais Médicos". E o mais grave: não está colocando esses médicos nos centros de saúde que realmente precisam de profissionais. A denúncia foi feita por uma médica demitida do Centro de Saúde Cachoerinha.

Diante da gravidade do fato, o Sinmed-MG informa que já protocolou a denúncia contra a demissão de médicos no Ministério Público e no Ministério da Saúde.

Enganar o povo

A Prefeitura insisti em gastar com propagandas enganosas no rádio e TV para mostrar que a saúde da capital mineira anda a mil maravilhas. Mas a realidade é outra:

- A PBH diz que ampliou a rede para 11 UPAs, com 7 novas unidades: essa é uma promessa da outra gestão e só agora algumas obras estão começando, mas com muito atraso. E, com isso, centenas de pessoas continuam esperando horas nos corredores das unidades, sem ter vagas e profissionais para atender;

- A Prefeitura fala sobre a inauguração de um novo hospital mas não cumpre a promessa. As obras estão completamente paradas;

- PBH prometeu construção de novos centros de saúde: entretanto é uma inverdade, pois não há novas unidades para a população;

- Promessa de novos profissionais: essa é a grande inverdade e ela está demitindo os que estão aí. Com a falta de médicos, mais de 500 mil pessoas estão desassistidas em BH.

ENTREVISTA

Conselho Municipal de Saúde: um espaço para discutir a problemática da saúde em BH

O "Trabalho Médico" conversou com o presidente do Conselho Municipal de Saúde (representa os usuários), Ederson Alves da Silva, sobre a Conferência Municipal de Saúde e sobre a posição do Conselho na questão da saúde em Belo Horizonte e programa "Mais Médicos"

Estamos às vésperas de uma nova Conferência Municipal de Saúde. Que temas serão prioritários?

O tema da conferência será "Acesso, qualidade e transparência na Atenção a Saúde em Belo Horizonte para construção do Plano Municipal de Saúde, período de 2014 a 2017". As nossas conferências já iniciaram com as comissões locais (11 a 26/10), a distrital vai de 1 a 18/11 e a municipal acontece dias 28,29 e 30/11. É muito importante que todos participem desse espaço – médicos, trabalhadores, usuários, população. Vão ser discutidos os principais problemas que afetam a população e os profissionais da área desde a falta de equipes, o atendimento, financiamento do sistema até o controle social. Sentimos que ainda falta um envolvimento maior de todos.

Qual a importância dessas reuniões?

O Plano Municipal de Saúde para os próximos quatro anos (gestão 2014 a 2017) é elaborado a partir dessas reuniões. O prefeito tem o compromisso de executar o que o que for deliberado na Conferência Municipal de Saúde e vai ser cobrado por isso.

Como o sr. avalia a atuação da PBH em relação à valorização dos profissionais?

Acho que a saúde tem melhorado em Belo Horizonte, mas infelizmente ainda não é o que a população almeja. Para termos um atendimento de qualidade é preciso valorizar os profissionais do SUS, melhorar os salários, até para atrair novos profissionais. No caso dos médicos, eles estão ganhando abaixo de outros mercados. Além de faltar profissionais, a estrutura de saúde também não é adequada, faltam medicamentos, falta transporte, os exames são demorados.

O sr. disse que a Saúde já melhorou bastante, o que falta para atingir um nível satisfatório?

Falta compromisso da Prefeitura com a Saúde. Junto com a educação, a saúde deve ser prioridade dos gestores em qualquer escala.

Como vê a participação do Sindicato dos Médicos no Conselho Municipal de Saúde?

Hoje, o Sindicato dos Médicos é muito atuante dentro do Conselho , na pessoa do dr. André Christiano dos Santos e, agora, também do dr. Samuel dos Reis Garcia. É importante que o médico mostre a sua realidade para o usuário, mostre para a população porque o atendimento não está adequado, por que faltam médicos, a consulta demora etc. O usuário é leigo nessa discussão. Ele vê que o atendimento não é adequado, mas muitas vezes não sabe porque. É preciso que o médico se envolva mais com a população, escute o usuário, humanize o atendimento e também se aproxime mais da equipe. O Conselho é um espaço importante, o médico não pode ficar de fora de jeito nenhum dessas discussões.

O Conselho tem se posicionado a favor do programa "Mais Médicos". Gostaria que o sr. falasse sobre isso.

Essa é uma discussão muito polêmica. Primeiramente, o programa veio com o objetivo de preencher as vagas nas periferias e interior do estado. Então, a preferência é para o profissional brasileiro. Não preenchendo a vaga vai para os médicos estrangeiros. O CMS de BH ainda não fez uma discussão específica sobre o assunto, mas a plenária de usuários foi chamada e tirou uma deliberação favorável ao programa. O entendimento é que o importante é ter um médico para salvar vidas, não importa de onde ele venha, e mesmo que seja em detrimento da qualidade. Então nós apoiamos essa decisão por respeito à população. Por outro lado, acho que o salário oferecido aos médicos efetivos do SUS é um grande desrespeito, agora pior ainda se comparado com o que está sendo oferecido para os médicos de fora. Da forma como está, o profissional do SUS não vai ficar no sistema público, vai querer ir para a iniciativa privada.

As entidades médicas têm batido na tecla que não adianta ter o médico se ele não tem condições para trabalhar?

Acho que a realidade de cada município é diferente. Uns têm estrutura e não têm profissionais e outros não têm estrutura para acolher um médico estrangeiro. Não adianta colocar um profissional para trabalhar sem ter uma estrutura e uma equipe adequada. O médico sozinho não vai conseguir trabalhar. Acho que esse é um plano emergencial, mas a situação só vai resolver quando houver maior in-vestimento do governo na saúde e na educação, inclusive com a abertura de novas escolas públicas de Medicina, para formar cidadãos brasileiros que possam atender à população. Hoje infelizmente o curso de Medicina é muito caro, restringindo o acesso à maioria dos trabalhadores.

Mesa diretora do Conselho Municipal de Saúde, com o presidente Ederson (à dir.)

Principais eixos da Conferência Municipal de Saúde – Belo Horizonte

Acesso, qualidade e transparência na:

- Atenção Primária em Saúde
- Assistência Farmacêutica
- Saúde Mental
- Atenção em Saúde Bucal
- Vigilância à Saúde
- Promoção de Saúde e Ações Intersetoriais
- Atenção Especializada em Saúde
- Contratos e Convênios
- Serviços de Urgência e Emergência
- Gestão do Cuidado em Redes
- Atenção à Saúde do Trabalhador
- Educação Permanente e Qualificação Profissional
- Gestão do Conhecimento e do Trabalho
- Planejamento, Financiamento e Logística
- Controle Social

JOÃO MONLEVADE

Sindicato acompanha situação dos plantonistas de João Monlevade

Após as constantes ameaças de demissão em massa dos profissionais da rede pública de saúde de João Mon-levade, médicos reuniram-se em assembleia geral, dia 1º de outubro, juntamente com a diretoria e assessoria jurídica do Sinmed-MG.

Na mesma data da assembleia, o diretor do sindicato, Eduardo Filgueiras, e o presidente da Associação Médica de João Monlevade, Manuel Furtado, reuniram-se com representantes da Prefeitura para tratar do assunto, principalmente após a publicação, dia 18 de setembro, de um edital de credenciamento para médicos plantonistas do Pronto Atendimento Municipal.

Atualmente cerca de 30 médicos trabalham no serviço municipal de João Monlevade em plantões de clínica e pediatria. Os médicos são contratados pelo Regime CLT e, em função de Termo de Ajustamento de Conduta do município com o Ministério Público (MP), estão entre os servidores municipais que deverão ser demitidos em vista dos contratos irregulares.

Em João Monlevade, não existe um plano de cargos e salários para a categoria e a Prefeitura afirma que pretende implementá-lo no próximo ano. "Esse é o momento para influenciarmos na elaboração desse plano, assegurando o cargo de médico e carreira dos profissionais no município", avalia Eduardo Filgueiras.

Sinmed-MG esclarece direitos dos médicos que serão exonerados

Segundo a Prefeitura, para atender requisito de convênio com o Estado no atendimento de urgência e emergência, o município deve demitir os profissionais contratados em regime de CLT e chamar novos profissionais em contrato administrativo até que a regularização de seu vínculo seja feita por concurso.

Os gestores explicaram que, por ocasião das exonerações, os profissionais terão direito às verbas rescisórias proporcionais exceto o FGTS, uma vez que, por dispositivo de lei municipal que regulamenta a contratação pelo regime CLT, o município não deveria fazer o recolhimento de FGTS para os contratados. Assim sendo, mesmo tendo quantia em conta, a multa rescisória não será paga. Disseram ainda que, em função da alta rotatividade de médicos, não estabeleceu ainda o prazo de encerramento do edital de credenciamento para plantonistas.

"O certo é que enquanto não houver inscritos no edital de cre-dencia-mento, os médicos lotados no PA não serão demitidos, fato que agravaria ainda mais a condição atual de carência de profissionais para cobrir as escalas de plantão", explica Filgueiras.

Em relação ao convênio com o Estado que requer a demissão dos profissionais contratados em regime de CLT, o Sinmed-MG destaca que vai avaliar o que a lei preconiza para que não haja nenhum prejuízo para a categoria e vai acompanhar o caso de perto.

NOVA LIMA

Atenção, médicos de Nova Lima: ação coletiva para pagamento de adicional de insalubridade

O sindicato está propondo ação coletiva de cobrança em face da Administração Pública de Nova Lima, pleiteando o pagamento do adicional de insalubridade dos profissionais médicos contratados pelo regime de CLT (concurso público), no período anterior a 2012, bem como eventual diferença na base de cálculo da verba.

O adicional de insalubridade é um direito de todos os servidores que trabalham em condições insalubres, submetendo-se a agentes prejudiciais à saúde.

Entretanto a Administração Pública de Nova Lima somente passou a efetuar o pagamento a partir de 2012, prejudicando, assim, os servidores médicos que laboram constantemente em ambientes in-salubres sem receber a verba devida. "O objetivo da ação é beneficiar os profissionais médicos que trabalham no município e que têm direito ao benefício", explica o diretor Jurídico do Sinmed-MG, Artur Oliveira Mendes.

Como requerer o benefício

Somente terão direito a requerer o benefício os médicos sindicalizados e em dia com o pagamento das contribuições sindical e social. Os custos de despesas processuais extras ficarão sob a responsabilidade do médico.

Procure o sindicato para promover a atualização de seus dados e verificar se está em dia com as contribuições (departamento Jurídi-co - telefone (31) 3241- 2811 - falar com Rosemeire).

IPANEMA

Em Ipanema, Sinmed-MG aciona Ministério Público em busca de soluções para o Hospital São Vicente de Paulo

Depois de receber denúncias dos médicos do Hospital e Maternidade São Vicente de Paulo, de Ipanema, cidade da região do Rio Doce de Minas Gerais, o Sindicato dos Médicos se mobilizou e realizou duas reuniões, dias 15 e 22 de agosto, com a presença do diretor, Eduardo Filgueiras, e do promotor José Borges Teixeira Júnior, da Promotoria de Justiça da Comarca local.

O diretor do sindicato relatou ao promotor que a situação do hospital é preocupante, devido ao prejuízo financeiro que se acumula em função do déficit operacional da entidade hospitalar gerando inclusive a falta de pagamento dos honorários. Destacou os prejuízos que isso poderá trazer para os médicos e população. "A disposição da mantenedora do hospital era fechar o hospital se não houvesse complementação de recursos por parte do poder público – tanto do município de Ipanema quanto de outros vizinhos", destaca.

Mostrando-se preocupado com a situação, o Ministério Público formou um grupo de trabalho para buscar solução quanto ao financiamento do hospital, evitando assim o não pagamento dos honorários e o fechamento da unidade.

Com a intervenção do Ministério Público, o Sinmed-MG espera que haja uma proposta efetiva para solucionar a complementação de recursos quanto ao financiamento do hospital. O sindicato destaca que vai acompanhar o trabalho da co-missão e continuar a luta em defesa da dignidade do trabalho dos mé-dicos e por um atendimento de qua-lidade à população de Ipanema.

CONTAGEM

MP visita Hospital Municipal de Contagem

Por sugestão do Sinmed-MG, o promotor de Saúde, Fabiano Mendes Cardoso, fez uma visita ao Hospital Municipal José Lucas Filho, em Contagem. "O objetivo era que o MP viesse a conhecer de perto a realidade assistencial no hospital que atende não apenas a Contagem, mas também é referência de Brumadinho e Sarzedo", explica o diretor Eduardo Filgueiras, que acompanhou a visita.

No hospital, o promotor foi ciceroneado pelos médicos Claúdio Rocha e Claúdio Tannus, respectivamente anestesista e coordenador da cirurgia geral do HMC, conhecedores da realidade assistencial da casa, uma vez que são médicos efetivos lá lotados desde a fundação da unidade.

A visita foi concluída com uma reunião com o diretor geral, Fernando Eustáquio Palhares, e gerente administrativa do hospital, Olivia Fernandes Bonfim, quando informações estruturais, de financiamento e de necessidade de pessoal foram apresentadas.

O diretor Eduardo Filgueiras destaca que a visita foi mais uma ação de defesa profissional do direito social de assistência, pois permitiu a aproximação da categoria com o MP; permitiu ao MP conhecer de perto o que se passa no hospital e suas necessidades; fortaleceu a resistência que tem sido oferecida à implantação do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Médio Paraopeba (Cismep) em Contagem; evidenciou que a escassez de médicos é um grande problema e apontou que a solução é a valorização do trabalho.

O diretor do hospital, Fernando Eustáquio, avaliou a visita como muito positiva: "Acho muito importante essa interação entre sindicato, MP, profissionais de saúde, população e gestores para que novas ideias surjam e o debate seja ampliado, sempre tendo como objetivo constatar e buscar soluções para os problemas existentes".

Promotor (de terno) com representantes do Hospital, médicos e sindicato

Alguns problemas relatados ao promotor de Saúde:

- Deficit de leitos no bloco cirúrgico, com pacientes permanecendo entubados por vários dias.
- O setor neonatal funciona em espaço provisório há mais de 4 anos, com superlotação e falta de equipamentos.
- Residentes trabalhando sem preceptoria, por falta de mão de obra.
- Problema sério de excesso de RPAs.
- 3.500 pacientes na lista de espera para cirurgia eletiva.
- Problemas de estrutura como teto caindo e chuva dentro do hospital, equipamentos quebrados e falta de material, inclusive para lavar as mãos.

Médicos entregam Plano de Cargos e Salários ao secretário

No dia 2 de outubro, o diretor de Campanhas do Sinmed-MG, Jacó Lampert, acompanhado do médico Bruno Chamone, da Prefeitura de Contagem, entregou ao secretário de Saúde do município, Ricardo Faria, uma proposta de reestruturação do Plano de Cargos, Carreira e Salários já existente no município.

O documento foi elaborado por uma comissão de médicos de Contagem, que se debruçaram sobre outros modelos para sugerir al-terações no plano em curso. Os médicos se reuniram no sindicato ao longo de várias semanas bus-cando a melhor solução. Essa participação foi muito importante e fundamental para que o plano reflita realmente a realidade do município.

A proposta apresentada contempla os médicos da atenção básica e hospitalar, geridas pela Prefeitura. A escala valoriza tanto a dedicação e tempo de trabalho do profissional, como seus esforços no quesito escolaridade e qualificação profissional. O retorno da Prefeitura deve acontecer em um mês.

Segundo os médicos, a situação em Contagem é muito preocupante. Vários profissionais estão deixando o município e no último concurso realizado, no início do ano, o número de candidatos foi inferior ao número de vagas. Os motivos são, principalmente, os baixos salários e condições de trabalho. O plano sugerido, se aprovado, será um grande impulso para melhorar a situação da saúde no município.

SÃO JOÃO DEL REI

Em São João del Rei, médicos retomam luta por melhorias

Médicos da rede pública de saúde de São João del Rei reuniram-se, no dia 30 de setembro, com o diretor de Defesa Profissional do Sinmed-MG, Eduardo Filgueiras, na Associação Médica do município. Insatisfeitos com os baixos salários e desvalo-rização profissional, eles enviaram um documento solicitando a intervenção do sindicato junto aos gestores.

Durante a reunião, os médicos mostraram-se muito desmotivados com o descompromisso, por parte dos gestores, e com a falta de estrutura para a Saúde. Desde 2009, após campanha salarial da categoria, os médicos de São João del Rei receberam uma proposta que previa o aumento salarial escalonado a ser pago em janeiro de 2010, 2011 e 2012 e a redução do número de consultas/dia de 11 para 8.

Entretanto, em 2010, o projeto foi retirado da pauta de votações da Câmara Municipal sem dar nenhuma satisfação à categoria e ao Sinmed-MG que estava à frente das negociações. A alegação da Prefeitura era de que o orçamento do município já estava comprometido e por isso não havia verbas suficientes para aprová-lo. E, desde então, nenhum reajuste salarial foi concedido à categoria.

As condições de trabalho também preocupam. Os médicos relataram, entre outras situações, a degradação dos postos de saúde com sérios problemas estruturais; a carência de recursos materiais para o bom andamento da assistência; precariedade de medicamentos e exames e dificuldade de encaminhar pacientes.

O sindicato já solicitou uma reunião à Secretaria Municipal de Saúde, com o objetivo de levar os problemas relatados pelos médicos e pedir uma proposta urgente para a categoria.

UBERLÂNDIA

Uberlândia: MP suspende processo seletivo e médicos aguardam concurso

Continua o impasse na gestão da saúde em Uberlândia. Após várias reuniões entre Ministério Público do Trabalho, Ministério Público Estadual e Fundação Maçônica Manoel dos Santos houve a assinatura de um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC).

O processo de mudanças na gestão da Saúde no município previa a transferência dos servidores, incluindo a categoria médica, da Fundação Maçônica Manoel dos Santos para a Fundasus (Fundação Saúde de Uberlândia). Uma das exigências é que a Fundasus seja uma entidade de natureza público e não público-privada.

Entre outras medidas, o TAC cancelou o processo seletivo que estava em andamento. Segundo a médica pediatra Sandra Márcia de Faria, diretora de Interior e Regionais do Sindicato dos Médicos de Minas Gerais, vários fatores levaram ao cancelamento: "O principal seria a demissão em massa de cerca de 2.300 funcionários. A Prefeitura não conseguiu fazer acordo para que essas demissões ocorressem, alegando falta de verba para o pagamento à vista de todas as multas".

Os gestores foram orientados a realizar um concurso público no próximo ano, quando também deverá fazer as demissões dos funcionários e o pagamento à vista das rescisões trabalhistas. Enquanto isso, a orientação do TAC é que a Prefeitura faça o pagamento dos salários diretamente para os funcionários e não mais por meio da Fundação Maçônica.

Daniel Nunes

Melhorias estão em andamento mas ainda não foram concretizadas

Situação em geral

Ao avaliar a saúde no município, a diretora Sandra Márcia de Faria disse que existe a expectativa de implantação de vários projetos como o Samu, construção de três Unidades de Pronto Atendimento (UPAs), novos PSFs e o Consórcio Intermunicipal de Saúde. "Como esses projetos estão em andamento, não houve grandes repercussões ainda para o médico e a população", diz.

Sobre as equipes incompletas, ela informa que houve uma melhora na cobertura das escalas, mas os salários continuam baixos: "Os médicos tiveram apenas a reposição da inflação (6,5%), reajuste menor do que foi dado aos servidores municipais (10%)".

SPDM ainda sem acordo

A diretora Sandra Márcia explica que duas unidades de saúde e 21 PSFs continuam sendo administrados pela Missão Sal da Terra, com a qual foi realizado um acordo coletivo.

No entanto a situação dos médicos do Hospital Municipal, administrado pela Associação Paulista para o desenvolvimento da Medicina (SPDM), permanece sem solução.

Em fevereiro deste ano, o sindicato entrou com uma ação coletiva contra várias irregularidades trabalhistas da SPDM, na tentativa de regularizar o pagamento dos médicos que atuam no hospital. Também reivindica o acerto de direitos coletivos que são sonegados como a diferença de adicional noturno, pagamento em dobro dos feriados, aplicação de acordo coletivos, pagamento de horas extras, entre outros. O acordo ainda não foi feito.

DIA DO MÉDICO

Sindicato participa das homenagens na Semana do Médico

O Sindicato dos Médicos (Sinmed-MG), a Associação Médica de Minas Gerais (AMMG) e o Conselho Regional de Medicina (CRM) promoveram uma semana de atividades em homenagem aos 47 mil profissionais atuantes do estado. O sindicato esteve representado, em todas as mesas do evento, pela presidente Amélia Pessôa e diretores.

A entidade parabeniza os médicos escolhidos como "Personalidade Médica 2013"; os 23 "Médicos Mineiro em Destaque", láurea concedida àqueles que se destacaram no exercício digno da Medicina no interior do estado; e os 174 médicos laureados como "Jubilados de Ouro", um reconhecimento pelas suas trajetórias durante cinco décadas de Medicina.

Mesa contou com presidentes da entidades e gestores

Personalidades Médicas 2013

Atividade Associativa / Defesa Profissional: Benedictus Philadelpho de Siqueira; *Atividade Científica:* Cristina de Abreu Ferrari; *Atividade Clínica:* Márcio Ibrahim de Carvalho; *Atividade Docente:* Marcos Carvalho de Vasconcelos; *Atividade Saúde Pública:* Antônio Jorge de Souza Marques.

Médicos Mineiros em Destaque 2013

Adahilton de Campos Bello – *Barbacena*; Adelino Moreira de Carvalho - *Alfenas*; Antônio de Pádua Rodrigues - *Carangola*; Aureliano Pimenta -*Curvelo*; Décio Tavares Soares - *Ouro Preto*; Euclides Garcia de Lima Filho - *São João Del Rey*; Eurípedes Barbosa Moraes - *Varginha*; Gilson Brandão Vieira - *Monte Carmelo*; Homero Afonso de Magalhães - *Governador Valadares*; Hugo Campos Borges - *Juiz de Fora*; Jadergudson Freitas - *Formiga*; João Bosco Ottoni Porto - *Pedro Leopoldo*; João Virgilino Vieira - *Teófilo Otoni*; José Damásio de Melo - *Conselheiro Lafaiete*; José Luiz Gomes da Silva - *Poços de Caldas*; José Luiz Scaglioni Filho - *Itabira*; Lúcio Moraes Lanziere - *Cataguases*; Luiz Adauto Gomes - *Ituitaba*; Luiz Alberto Murta Peixoto – *Almenara*; Marino Andrade Braga - *João Monlevade*; Nermeval Ramos de Moraes - *Pará de Minas*; Neuza Maria Duarte de Castro - *Uberlândia*; Waldir Silveira Duarte - *Unaí*.

EVENTOS

Sindicato amplia relacionamento com entidades estudantis

Fotos: Clóvis Campo

Reunião, no Sinmed-MG, resultou na realização do encontro em novembro

Dentro da proposta da nova diretoria, de aproximação com os estudantes de Medicina, o Sindicato dos Médicos de Minas Gerais promoveu, no dia 17 de setembro, um encontro com representantes de organizações estudantis.

Participaram, pelo Sinmed-MG, os diretores de Relação com Acadêmicos, de Defesa Profissional e de Pesquisas e Projetos, respectivamente César Miranda dos Santos, Eduardo Filgueiras e José Sérgio Carriero Junior.

Pelas entidades estudantis, estavam presentes representantes de Centros e Diretórios Acadêmicos da UFMG, UFOP, Ciências Médicas-MG, Faseh, Faminas e UNI-BH e da Direção Executiva Nacional dos Estudantes de Medicina (Denem). Também participaram representantes da Sociedade de Acadêmicos de Medicina de Minas Gerais (SAMMG), Departamento Acadêmico da Associação Médica de Minas Gerais.

O diretor César Miranda destacou que o objetivo da reunião era consolidar o diálogo com os estudantes presentes e suas entidades. O diretor José Sérgio, que teve uma grande vivência no movimento estudantil, falou do desejo de tornar o sindicato um espaço de discussão e formação política tanto para os estudantes quanto para os médicos. Eduardo Filgueiras falou que é importante que o estudante saiba da existência do sindicato, reforçando que esse é um objetivo da nova diretoria.

Entre os temas de interesse comum entre sindicato e estudantes foram destacados a valorização do médico que está com a imagem distorcida perante a sociedade; a discussão sobre o Programa "Mais Médicos"; a necessidade de transformação do currículo dos cursos de Medicina, com foco na atenção básica e urgência e emergência; e a importância da questão do trabalho em equipe e multiprofissional.

Compreendeu-se que sindicato e os presentes têm uma luta em conjunto que é a defesa e a construção do SUS como Sistema Nacional de Saúde: Público, Gratuito e de Qualidade para todos.

Vinicius Neves, coordenador geral da Denem, destacou que a entidade vê o sindicato como um dos principais parceiros, principalmente no aspecto da luta pela melhoria da saúde pública. Ao final, definiu-se pela construção de uma agenda constante de encontros para debater temas relacionados à Saúde, Educação e Trabalho.

Sindicato e Denem promovem encontro para discutir Atenção Básica em Saúde Participe desse debate!

Já como fruto da aproximação entre o sindicato e as entidades estudantis, no dia 9 de novembro haverá um encontro para debater o tema "Atenção Básica em Saúde - Interface entre a Educação Médica e o Mundo do Trabalho - Qual será a nossa orientação?"

O evento, organizado pelo Sinmed-MG e pela Denem, acontece na nova sede do sindicato (Av. do Contorno – 4.999, bairro Serra, Belo Horizonte – MG). Como forma de organizar melhor o espaço, precisamos da confirmação de presença até o dia 7 de novembro. Inscrições pelo email: recepcao@sinmedmg.org.br, colocando o nome completo, CRM, email e telefone para contato; ou por telefone: (31) 3241-2811- ramal 7- falar com Myrelle. Participe conosco desse debate!

Debatedores:

Artur Oliveira Mendes - Médico de Família e Comunidade, Diretor Jurídico do Sindicato dos Médicos de Minas Gerais (Sinmed-MG), Preceptor da Residência em Medicina de Família e Comunidade do HC-UFMG, ex-Presidente da Associação Mineira de Medicina de Família e Comunidade.

Vinicius Neves - Estudante de Medicina da UFOP (Universidade Federal de Ouro Preto), Coordenador Geral da Denem (Direção Executiva Nacional dos Estudantes de Medicina)

PROGRAMA DE VISITAS

Estudantes conhecem o sindicato

Estudantes da UFMG e Faseh

Dando continuidade ao programa de visita de acadêmicos, o sindicato recebeu, dia 16 de setembro, estudantes do 5º período da UFMG e do 3º período da Faseh, acompanhados respectivamente dos professores Carlos Molinari e Aristides José Faria. Foram anfitriados pelo diretor José Sérgio Carriero Junior e pela comunicação do sindicato, que falaram sobre a atuação da entidade e sua importância para a defesa do trabalho médico.

ATESTADO DE ÓBITO

Sindicato discute questão da emissão de atestado de óbito nos postos de saúde

O Sindicato dos Médicos de Minas Gerais, por meio do seu representante no Conselho Municipal de Saúde, André Christiano dos Santos, está buscando junto à Prefeitura de Belo Horizonte uma solução para a questão da emissão de atestado de óbito pelos médicos de família que atuam nos postos de saúde.

O assunto foi aprofundado em plenária do Conselho, dia 26 de se-tembro, com a presença de usuários, representantes da Prefeitura, do CRM e do sindicato. Participaram, pela PBH, o secretário adjunto de Saúde, Fabiano Pimenta, e a gerente dos serviços de urgência e emergência, Paula Martins.

André Christiano conta que a discussão começou na mesa SUS, sendo depois levada para o Conse-lho. Ele explica que o grande pro-blema é que hoje, durante a semana, a responsabilidade pela emissão do atestado de óbito acaba ficando quase que exclusivamente para os médicos dos postos de saúde. "O Samu se nega a dar o atestado de óbito e as UPAs se responsabilizam somente pelos pacientes lá internados. Precisamos dividir tarefas e responsabilidades", afirma.

Plenária dos Usuários discutiu o tema, na Secretaria de Saúde

O diretor explica que não existe hoje em Belo Horizonte e região metro-politana um serviço estruturado para emitir o atestado aos finais de semana e feriados: "Quando uma pessoa tem um óbito em domicílio nesses dias os familiares têm que se virar. O caso acaba muitas vezes indo parar no Instituto Médico Legal (IML)".

André explica que uma das dificuldades para emissão do atestado nos postos ocorre quando o médico não acompanhou o histórico do paciente, dificultando a redação do relatório. Na maioria das vezes é preciso so-licitar a necropsia dos cadáveres.

Região Metropolitana não tem Serviço de Verificação de Óbitos

Com base na importância da coleta de dados referentes à mortalidade da população brasileira, o Ministério da Saúde criou, em junho de 2006, o Serviço de Verificação de Óbitos (SVO). O SVO tem como principal objetivo a realização de necropsias, em casos de morte natural, para descobrir com precisão a causa mortis.

Antes da instituição dos SVOs, o trabalho de verificação de causas de morte era realizado apenas pelos Institutos Médicos Legais, criados para realizar necropsias em casos de mortes violentas como assassinatos, suicídios e acidentes.

Seis anos depois de sua instituição pelo MS, a atuação do SVO ainda não é completamente abrangente em Minas Gerais. O serviço ainda não foi implantado em Belo Horizonte e região metropolitana.

Durante a reunião no Conselho Municipal de Saúde, dia 26, o secretário adjunto de Saúde da PBH, Fabiano Pimenta, disse que o serviço deve ser implementado no próximo ano para atender BH e a região metropolitana. Segundo ele, a construção do SVO ocorre em parceria com o Estado, que cedeu o terreno e está bancando as obras do prédio. Os municípios participantes da rede arcarão com os custos de manutenção, em forma de rateio proporcional à demanda.

O diretor André Christiano explica que o SVO vai ser importante principalmente para que os médicos dos postos possam encaminhar os casos em que não foi possível identificar a causa mortis.

Enquanto isso não acontece, a proposta da PBH é que os Médicos de Família continuem a dar os atestados em caso de mortes natu-rais ocorridas durante a semana em domicílio ou nos postos. O Samu deve emitir o atestado caso o falecimento ocorra durante o atendimento do paciente. Se o óbito ocorrer dentro de uma UPA, a uni-dade ficaria responsável pela emis-são do atestado.

Para os feriados e finais de semanais a proposta da Prefeitura é criar um plantão na epidemiologia do município, ficando os médicos lá presentes responsáveis pela emissão do atestado de óbito.

Sobre as mortes ocorridas no período noturno, a orientação é que as famílias esperem até o dia seguinte para irem a um serviço de referência que irá emitir os atestados, já que os cartórios também não funcionam no período noturno.

O diretor do sindicato, André Christiano, considerou a proposta interessante, mas ainda faltam acertar detalhes com a Prefeitura. Uma das questões em discussão é a forma da população acessar o serviço e como informar correta-mente sobre sua existência.

Cartilha do CFM fala sobre o Documento de Óbito

Implantado pelo Ministério da Saúde em 1976 com um modelo padronizado para todo o território nacional, o Documento de Óbito (DO) cumpre, na prática, duas importantes funções. A primeira é ser fonte de informações sobre a mortalidade da população, pos-sibilitando a criação de estatísticas a esse respeito e a elaboração de políticas públicas de saúde. A se-gunda, de caráter jurídico, é a de ser o documento hábil para a liberação, pelos cartórios de Registro Civil, da certidão de óbito.

Para orientar os médicos, o Conselho Federal de Medicina editou, em 2006, uma cartilha informativa inteiramente dedicada à Declaração de Óbito e aos procedimentos inerentes ao documento (www.portalmedico.org.br/arquivos/cartilha_do_cfm_ms.pdf)

FECHADO - PODE SER ABERTO PELA ECT

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO:

Sindicato dos Médicos de Minas Gerais – Sinmed-MG
Avenida do Contorno, 4999 – Serra - CEP: 30.110 921 - BH - MG

☐ MUDOU-SE
☐ ENDEREÇO INSUFICIENTE
☐ NÃO EXISTE O Nº INDICADO
☐ FALECIDO
☐ DESCONHECIDO
☐ RECUSADO
☐ AUSENTE
☐ NÃO PROCURADO
OUTROS: _____
DATA:
INFORMAÇÃO PRESTADA PELO PORTEIRO OU SINDICO
REINTEGRADO AO SERVIÇO
POSTAL EM ___/___/___
RUBRICA: